



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 23ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810218

Processo nº **0073535-61.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARILENE GOMES FERRAZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

DESPACHO

Vistos etc.

Intime-se a parte demandante para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito, acostando aos autos a qualificação integral da autora, em consonância com os artigos 319, II, e 321 do NCPC.

Ademais, verifico que a parte autora pugnou pela concessão do pedido de gratuidade da justiça, porém não apresentou elementos suficientes nos autos que possibilitem o alcance do benefício.

Desta forma, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar documentação probatória da condição de miserabilidade alegada na inicial, diversa da já acostada, sob pena de indeferimento do benefício, com fulcro no art. 99, §2º, do Novo Código de Processo Civil, ou, alternativamente, comprovar o recolhimento das custas iniciais no Sistema SICAJUD, observando a identidade entre o valor da causa cadastrado e o atribuído na petição inicial, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

Após, proceda a Diretoria Cível do PJe com a certificação dos fatos e voltem-me os autos conclusos.

P.I.

Recife, data e assinatura digitais.

ebmj





EXMO. SR. DR. JUIZ DA 23ª VARA CÍVEL DA CAPITAL/PE.

Processo nº 0073535-61.2019.8.17.2001

MARILENE GOMES FERRAZ, já qualificada nos autos da **ACÇÃO DE INDENIZAÇÃO** que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT**, vêm por meio desta requerer o quanto segue:

É a presente pois para requer a juntada da CTPS da autora, comprovando que não trabalha, devendo ser deferido à mesma os benefícios da Justiça Gratuita.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Recife, 11 de novembro de 2019.

RUTH RODRIGUES COSTA

OAB/PE 36837





MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

52598 - 00014

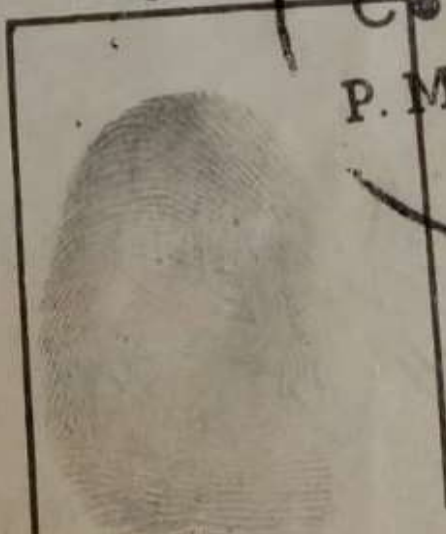
Série

Valderyla Pereira Costa

N.º Matricula 142



Polegar Direito



D. T. - PE.

Convênio
P. M. MORENO

ASSINATURA DO PORTADOR

Handwritten signature: J. L. Lemos

Handwritten signature: P. M. Moreno



Name Vanilone Group
 Address La Beate
 City PE Date 30 10 54
 Family Jose Gomez
 a Barra Barrera
 Reg. Politico No. N°
 Ex. Ord. _____
 Pa. _____ La _____ Reg. Ord. _____
 Date Rec. _____
 Single Miller Doc. _____
 N° _____ Orgao _____ Ex. _____
 Nascimento Doc. N° _____ Ex. _____

Cópia do Brevê em

Doc. Ident. N° Exp. em

Estat.

Obr. 1.º 868. 540

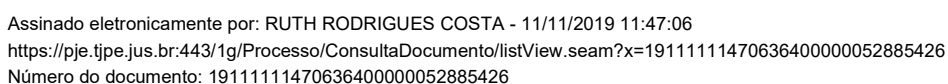
2.º 557-195

Data de emissão 24 de 80 CRT

Falecimento 24 de 80 CRT

Autoridade de Funcionário

Nome _____
 Do _____
 Nome _____
 Do _____
 Nome _____
 Do _____
 Est. Cel _____
 Do _____
 Est. Cel _____
 Do _____
 Nascimento _____
 Do _____



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador _____

Rua _____ N.º _____

Município _____ Est. _____

Esp. do estabelecimento _____

Cargo _____ C.B.O. n.º _____

Data admissão _____ de _____ de 19 _____

Registro n.º _____ Fls/Ficha _____

Remuneração especificada _____

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º _____

2.º _____

Data saída _____ de _____ de 19 _____

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º _____

2.º _____

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador _____

Rua _____ N.º _____

Município _____ Est. _____

Esp. do estabelecimento _____

Cargo _____ C.B.O. n.º _____

Data admissão _____ de _____ de 19 _____

Registro n.º _____ Fls/Ficha _____

Remuneração especificada _____

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º _____

2.º _____

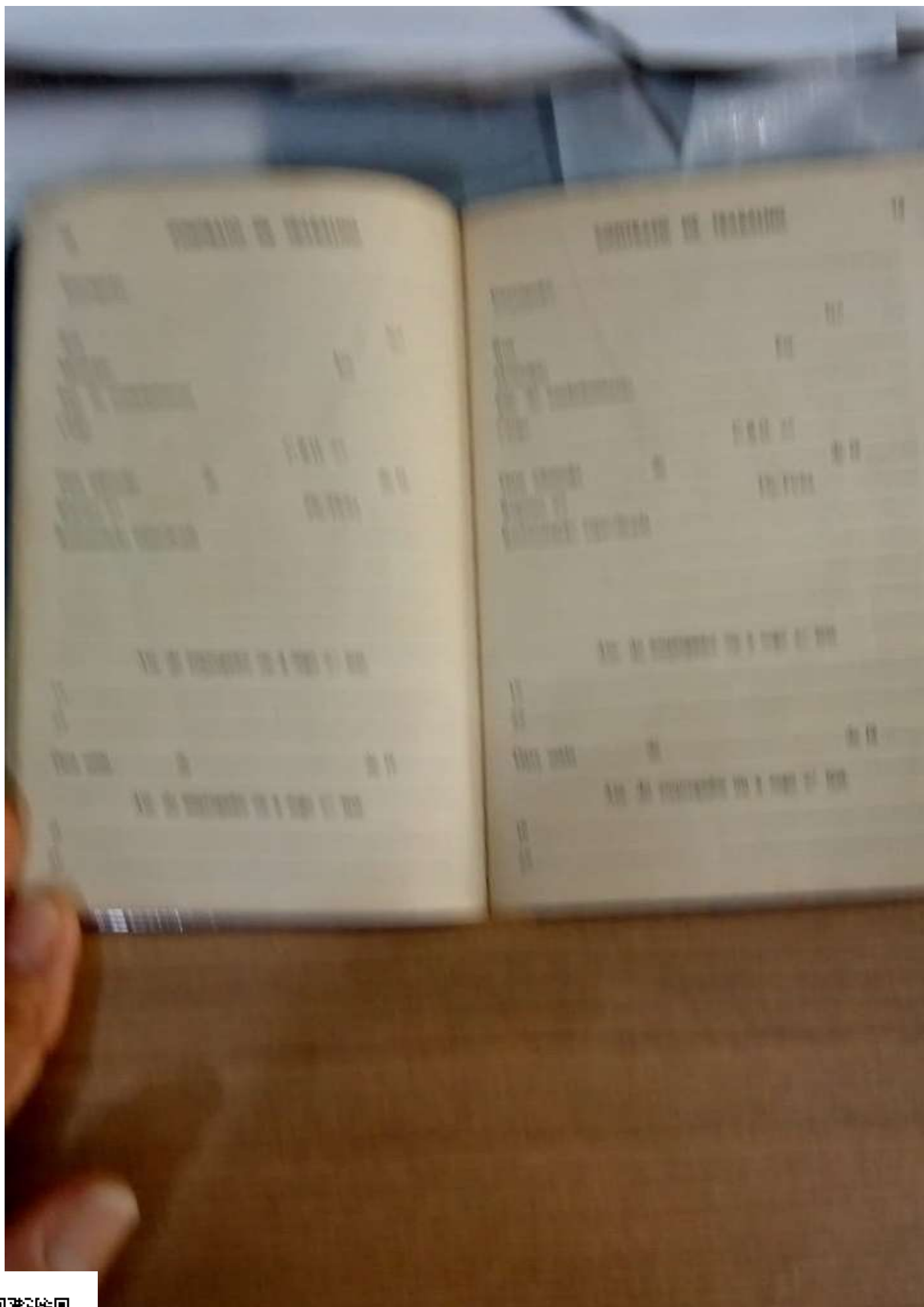
Data saída _____ de _____ de 19 _____

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º _____

2.º _____





QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome

Loc. Nasc.

Est.

Filiação

Est. Civil

Fls.

Liv.

Reg. Civil

Outro doc.

Situação Militar: Doc.

Nº

Órgão

Est.

Naturalizado Dec. Nº

Em

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. Nº

Exp. em

Estado

Obs.

Data Emissão

DRT

Assinatura do Funcionário

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE (Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Est. Civil

Doc.

Est. Civil

Doc.

Nascimento

Doc.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 23ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810218

Processo nº **0073535-61.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARILENE GOMES FERRAZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

DESPACHO

Vistos etc.

Considerando o teor da petição de ID 53743908, observando que o despacho retro não fora cumprido em sua integralidade, intime-se a parte demandante para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito, acostando aos autos a qualificação integral da parte autora, em consonância com os artigos 319, II, e 321 do NCPC.

P.I.

Recife, data e assinatura digitais.

ebmj





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 23ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0073535-61.2019.8.17.2001
AUTOR: MARILENE GOMES FERRAZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 23ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) autora/demandante intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 53970324, conforme segue transcrito abaixo:

"DESPACHO Vistos etc. Considerando o teor da petição de ID 53743908, observando que o despacho retro não fora cumprido em sua integralidade, intime-se a parte demandante para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito, acostando aos autos a qualificação integral da parte autora, em consonância com os artigos 319, II, e 321 do NCPC. P.I. Recife, data e assinatura digitais. "

RECIFE, 26 de novembro de 2019.

CESAR AUGUSTO DE CARVALHO TEIXEIRA FREIRE DE SOUZA
Diretoria Cível do 1º Grau



..EXMO. SR. DR. J.UIZ DA ^a VARA CIVEL DA CAPITAL/PE.

PROCESSO Nº 0073535-61.2019.8.17.2001

MARILENE GOMES FERRAZ vêm pela presente cumprir o despacho com a qualificação total da autora, desde já informando que cumpriu com a determinação judicial comprovando que esta desempregada e sem condições de pagar as custas processuais conforme CTPS juntada.

MARILENE GOMEZ FERRAZ, brasileira, solteira, desempregada, PORTADORA DO rg SOB O Nº 1.868.548 e CPF de nº 326503534-49, residente e domiciliada à Rua Tumiritanga nº 121, Casa A, Torrões, Recife/PE, Cep: 50640-430.

Sendo assim requer o prosseguimento do feito.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife, 06 de dezembro de 2019.

RUTH RODRIGUES COSTA

OAB/PE 36837

.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 23ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810218

Processo nº **0073535-61.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARILENE GOMES FERRAZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DECISÃO

Vistos etc.

Nas inúmeras demandas que anualmente são distribuídas a este Juízo, as quais manifestam a pretensão de cobrança de valor referente à complementação do seguro obrigatório (DPVAT), invariavelmente restam infrutíferas as tentativas de conciliação, uma vez que, segundo informam as seguradoras rés que compõem o *pool* gestor dessa modalidade de seguro, por orientação da FENASEG, não lhes é dado conciliar, mormente porque necessária a realização de perícia médica para se verificar o tipo de lesão e o seu respectivo grau. Desta forma, nenhum sentido faz a designação de audiência de conciliação ou de mediação, configurando, neste caso, uma estéril reverência a injustificado formalismo procedimental.

Face ao exposto, deixo de designar a audiência inicial de conciliação do art. 334 do Código de Processo Civil de 2015.

Ademais, observa-se, diante da nova sistemática do atual CPC/2015, principalmente, ao se fazer uma interpretação integrativa do artigo 191, a possibilidade de adaptação do procedimento, sendo possível que o juiz adote, por iniciativa própria ou mediante oitiva ou anuência das partes, procedimento mais adequado à solução do conflito levado à apreciação do Judiciário.

Ante o exposto, fixo os atos processuais, a serem cumpridos, na seguinte sequência:

1. **Defiro os benefícios da justiça gratuita** nos termos do artigo 98 e seguintes do NCPC. Proceda a Diretoria Cível do PJe com as anotações necessárias.
2. **CITE-SE** a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar **contestação**, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (NCPC, art. 344);



3. **INTIME-SE** a parte ré para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetivar o **depósito** judicial do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) referente aos **honorários periciais**, perante a Caixa Econômica Federal, conforme ajustado no Ofício 005/2015.
4. Havendo contestação, fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar **réplica**.
5. Determino a **realização de perícia necessária** à quantificação e identificação da lesão sofrida pela parte autora. Logo, nomeio como médico perito o Dr. George Antônio Celestino de Alencar (inscrito no CRM-PE 17.260), que servirá escrupulosamente o encargo, independentemente de compromisso (art. 466 do NCPC). Deverá o perito informar se houver alguma circunstância que impeça a elaboração do laudo, especialmente no caso de ausência da parte demandante ao local de realização da perícia.
6. Intimem-se as partes para, em quinze dias, indicar assistentes técnicos e formular quesitos (arts. 465, § 1º, II e III, do NCPC).
7. Designo, desde já, o dia **17/04/2020 às 07h00 horas, por ordem de chegada**, para realização da perícia médica necessária à quantificação e identificação da lesão sofrida pela parte autora e apresentação do laudo, a realizar-se no ambulatório Grupo de Ortopedia e Traumatologia (GOT) localizado na rua das Fronteiras número 51, Boa Vista, Recife-PE, telefone : 3231-2888, responsabilizando-se cada parte, por trazer seu assistente técnico, independentemente de intimação.
8. Após a juntada do laudo pericial nos autos e, no caso da perícia ter sido realizada, determino que seja expedido, de imediato, **alvará** em nome do médico George Antônio Celestino de Alencar, CRM-PE 17.260, na importância de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser levantado de acordo com o depósito judicial efetivado pela parte ré
9. Com a juntada do laudo, ficam as partes, desde já, **intimadas para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o exame.**
10. INTIME-SE A PARTE AUTORA pelos correios, através de carta com aviso de recebimento. Caso a parte autora resida em zona rural, expeça-se carta precatória requerendo a intimação através de oficial de justiça.
11. Intime-se o perito nomeado através do Sistema PJE, caso se trate de processo eletrônico, ou através do e-mail georgealencar00@yahoo.com.br, no caso de processo físico, devendo o perito confirmar o recebimento.
12. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença.

Cópia do presente, poderá servir como mandado ou carta, se necessário, nos termos da Recomendação nº 03/2016-CM/TJPE.

P. I. C.

Recife, data e assinatura digitais.

ebmj





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 23ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0073535-61.2019.8.17.2001
AUTOR: MARILENE GOMES FERRAZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) perito(a)(s) **GEORGE ANTONIO CELESTINO DE ALENCAR - CPF: 898.744.633-68**.

RECIFE, 11 de fevereiro de 2020.

MARIA LUCIANA DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 23ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0073535-61.2019.8.17.2001
AUTOR: MARILENE GOMES FERRAZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO

Ilmo Sr., em face do(a) despacho/decisão de ID 57429573 proferido nos autos do processo nº 0073535-61.2019.8.17.2001 da Seção A da 23ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: MARILENE GOMES FERRAZ contra RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do(a) Despacho/Decisão que segue transcrito abaixo:

"DECISÃO Vistos etc. Nas inúmeras demandas que anualmente são distribuídas a este Juízo, as quais manifestam a pretensão de cobrança de valor referente à complementação do seguro obrigatório (DPVAT), invariavelmente restam infrutíferas as tentativas de conciliação, uma vez que, segundo informam as seguradoras réas que compõem o pool gestor dessa modalidade de seguro, por orientação da FENASEG, não lhes é dado conciliar, mormente porque necessária a realização de perícia médica para se verificar o tipo de lesão e o seu respectivo grau. Desta forma, nenhum sentido faz a designação de audiência de conciliação ou de mediação, configurando, neste caso, uma estéril reverência a injustificado formalismo procedimental. Face ao exposto, deixo de designar a audiência inicial de conciliação do art. 334 do Código de Processo Civil de 2015. Ademais, observa-se, diante da nova sistemática do atual CPC/2015, principalmente, ao se fazer uma interpretação integrativa do artigo 191, a possibilidade de adaptação do procedimento, sendo possível que o juiz adote, por iniciativa própria ou mediante oitiva ou anuência das partes, procedimento mais adequado à solução do conflito levado à apreciação do Judiciário. Ante o exposto, fixo os atos processuais, a serem cumpridos, na seguinte sequência: Defiro os benefícios da justiça gratuita nos termos do artigo 98 e seguintes do NCPC. Proceda a Diretoria Cível do PJe com as anotações necessárias. CITE-SE a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar contestação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (NCPC, art. 344); INTIME-SE a parte ré para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) referente aos honorários periciais, perante a Caixa Econômica Federal, conforme ajustado no Ofício 005/2015. Havendo contestação, fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar réplica. Determino a realização de perícia necessária à quantificação e identificação da lesão sofrida pela parte autora. Logo, nomeio como médico perito o Dr. George Antônio Celestino de Alencar (inscrito no CRM-PE 17.260), que servirá escrupulosamente o encargo, independentemente de compromisso (art. 466 do NCPC). Deverá o perito informar se houver alguma circunstância que impeça a elaboração do laudo, especialmente no caso de ausência da parte demandante ao local de realização da perícia. Intimem-se as partes para, em quinze dias, indicar assistentes técnicos e formular quesitos (arts. 465, § 1º, II e III, do NCPC). Designo, desde já, o dia 17/04/2020 às 07h00 horas, por ordem de chegada, para realização da perícia médica necessária à quantificação e identificação da lesão sofrida pela parte autora e apresentação do laudo, a realizar-se no ambulatório Grupo de Ortopedia e Traumatologia (GOT) localizado na rua das Fronteiras número 51, Boa Vista, Recife-PE, telefone : 3231-2888, responsabilizando-se cada parte, por trazer seu assistente técnico, independentemente de intimação. Após a juntada do laudo pericial nos autos e, no caso da perícia ter sido realizada, determino que seja expedido, de imediato, alvará



em nome do médico George Antônio Celestino de Alencar, CRM-PE 17.260, na importância de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser levantado de acordo com o depósito judicial efetivado pela parte ré Com a juntada do laudo, ficam as partes, desde já, intimadas para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o exame. INTIME-SE A PARTE AUTORA pelos correios, através de carta com aviso de recebimento. Caso a parte autora resida em zona rural, expeça-se carta precatória requerendo a intimação através de oficial de justiça. Intime-se o perito nomeado através do Sistema PJE, caso se trate de processo eletrônico, ou através do e-mail georgealencar00@yahoo.com.br, no caso de processo físico, devendo o perito confirmar o recebimento. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Cópia do presente, poderá servir como mandado ou carta, se necessário, nos termos da Recomendação nº 03/2016-CM/TJPE. P. I. C. Recife, data e assinatura digitais. "

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

Atenciosamente

RECIFE, 11 de fevereiro de 2020.

MARIA LUCIANA DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau

